

Onde tem assunto

PUBLICIDADE

• AGORA NO ESTADÃO •

COMBUSTÍVEIS: 25% de etanol na gasolina só depende de Dilma

ARENA CORINTHIANS: Empresa espera 'para ontem' empréstimo para estádio

METRÓPOLE: EUA: Brasileira em Miami deve pedir para voltar

NATUREZA: Raro filhote de panda 'estreia' em 200 nos Estados Unidos

FUTEBOL: Corinthians só vê seu faturamento aumentar

Você está em Notícias > Planeta

Brasil perdeu um RJ de áreas protegidas

Estudo quantifica perda em unidades de conservação desde 1981; hidrelétricas concentram redução nos últimos cinco anos
19 de dezembro de 2012 | 2h 08

Notícia | **A+** **A-** | Assine a Newsletter Tweet 48

Enviar | Recomendar | 223 pessoas recomendaram isso.

Bruno Deiro, Herton Escobar - O Estado de S.Paulo

O Brasil perdeu mais de 45 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas nos últimos 30 anos - uma área maior do que a do Estado de Rio de Janeiro - segundo levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco. O estudo, ainda não publicado em revista científica, contabilizou todos os eventos de redução, declassificação e reclassificação (RDR) em unidades de conservação do País desde 1981.

Veja também:

- [Ambientalistas criticam falta de rigor nas revisões](#)
- [Luan Amim: 'Acreditamos em um número mais alto'](#)



Nacho Doce/Reuters

Desmate ilegal no Parque Nacional da Amazônia em Itaituba, no Pará

Os dados cobrem um período de mais de 30 anos, mas é nos últimos 5 que a história se complica, por conta, principalmente, das obras de infraestrutura do governo federal na Amazônia ligadas ao setor elétrico. Quase 70% dos casos de RDR no País ocorreram a partir de 2008. "O que era para ser uma exceção vai se tornar a regra? Essa é a dúvida", diz o pesquisador Enrico Bernard, do Departamento de Zoologia da universidade, que orientou o trabalho do estudante de graduação Luan Amim (leia entrevista na página ao lado).

No período todo, os pesquisadores registraram 48 eventos de RDR. Entre 1981 e 2000, houve apenas dois. Em 2001, ocorre um primeiro pico de oito eventos, relacionados à aprovação da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), em julho de 2000. "Foram eventos de adequação à nova lei", explica Bernard.

Em 2008, começa um novo pico. Só em 2010, último ano do governo Lula, houve 14 eventos de RDR. Nos dois primeiros anos da gestão de Dilma Rousseff, foram 10, incluindo 8 eventos de redução em unidades de conservação federais e 2 de reclassificação em unidades estaduais.

O maior diretório de empresas nos segmentos: construção, metal mecânica e alimentação

PUBLICIDADE

CLASS

Siga o @estadao no Twitter

estadao no Facebook 422,925

Entrar Você precisa estar conectado ao Facebook para ver as atividades recentes de seus amigos.

- Lista de gastos secretos da Presidência vai de diária de hotel a material de pesca - politica**
1.658 pessoas recommended isto.
- Marina bate martelo sobre nova sigla, que terá tucano e petista - politica**
604 pessoas recommended isto.
- Hospital confirma morte cerebral de grávida baleada na cabeça em SP - saopaulo**
648 pessoas recommended isto.

+ COMENTADAS

- 01 Lula é nome favorito para 2014, aponta ...
- 02 PSDB quer processar autor de livro sobre ...
- 03 Brasil vai ser 5ª economia do mundo antes de ...
- 04 Árabes criticam governo de Obama, mas ...
- 05 Ministro garante corte de 20% na conta de luz ...
- 06 PIB do Brasil vai superar apenas o do ...
- 07 Aumento de etanol na gasolina para 25% só ...

Eletricidade

O setor mais associado a casos de RDR foi o de geração e transmissão de eletricidade, principalmente na Amazônia. Segundo o estudo, ele foi o motivador de 21 eventos (44% do total), incluindo 11 declassificações (em que unidades de conservação deixaram de existir), 9 reduções e 1 reclassificação. "A maior parte desses eventos ocorre a partir de 2010, com a publicação do plano de energia do governo, que aponta a Amazônia como grande reservatório de energia do Brasil", afirma Bernard.

Cerca de 40% da Amazônia Brasileira já é "coberta" por unidades de conservação e terras indígenas, segundo o último relatório da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (Raisg), divulgado no início deste mês. Assim, à medida que aumenta a demanda por eletricidade e os projetos de geração de energia se multiplicam, a briga por espaço entre áreas protegidas e obras de infraestrutura tende a se agravar.

"Acho que vamos ver com mais frequência e mais intensidade a alteração dos limites legais de áreas protegidas na Amazônia", avalia Bernard.

Além do setor elétrico, aparecem com destaque na lista de "motivadores" a especulação imobiliária, com 7 eventos, e o agronegócio, com 5.

Há apenas dois casos de "reclassificação positiva", em que áreas protegidas tiveram seu status de proteção elevado para categorias mais rígidas de conservação: o da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do Murici, em Alagoas, que foi reclassificada como Estação Ecológica (Esec) em 2001; e o da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, no Ceará, que passou a Parque Nacional em 2002.

O estudo não levou em conta territórios indígenas, apenas unidades de conservação estaduais e federais.

ICMBio

Roberto Vizentin, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), admite a existência de uma relação direta entre o aumento de ações de RDR e as demandas do setor energético nos últimos anos. "Geralmente os potenciais hidrelétricos se concentram na Amazônia, e boa parte passa por unidades de conservação e terras indígenas", afirma Vizentin. "É uma situação real que acaba obrigando o governo a tomar decisões. Não há como tapar o sol com a peneira, é preciso fazer as opções."

Ele garante, porém, que o crescente impacto observado no estudo refletiu o crescimento no País desde a última década e não deverá ter um aumento substancial nos próximos anos. "Entendo que a tendência é estabilizar o número de ações em unidades de conservação. Uma coisa era o País há cinco ou dez anos. O grosso da afetação está concluído", afirma Vizentin.

Segundo o presidente do ICMBio, o órgão ainda teve de atender a demandas específicas do governo, como a exclusão de áreas de pesquisa em mineração em algumas UCs. Outro obstáculo, afirma, envolve questões burocráticas. "Não conseguimos criar a Estação Ecológica de Maués (município a 276 quilômetros de Manaus), por exemplo. Apesar de termos alinhado tudo na esfera federal, o governo do Amazonas não aceitou as condições. Então, a coisa não é assim tão simples", diz Vizentin.

A estação, de Proteção Integral, foi sugerida pelo governo como compensação aos danos ambientais causados pela construção de três usinas hidrelétricas que serão implantadas no Rio Tapajós, no Pará.

"É preciso conduzir os processos do PAC de tal maneira que se reduza as perdas de biodiversidade. Temos tentado compensar estas perdas, indicando a criação de outras áreas", afirma Vizentin. "O esforço é para mostrar que modificar uma área nem sempre tem como resultado a perda biológica."

08 Alunos de Arquitetura do Mackenzie convocam ...

09 Conheça o empresário que trabalhava na ...

10 Odebrecht espera 'para ontem' empréstimo ...



A reportagem do Estado procurou os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, que optaram por não comentar o estudo da UFPE.

Sistema Nacional não resolveu fala de plano de manejo

Criado há 12 anos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) não resolveu o problema da falta de plano de manejo e zona de amortecimento em diversas unidades no País. Especialistas da área jurídica afirmam que a lei federal, mesmo com muitos avanços, não define responsabilidades sobre o entorno de algumas áreas de proteção.

"O problema ocorre principalmente com as unidades criadas antes da publicação do Snuc, em 2000. É preciso que o Ministério Público Federal exija que os planos de manejo sejam implementados", diz Luiz Fazzio, especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade do escritório Braga Nascimento e Zilio. O advogado cita o caso da Mata de Santa Genebra, área remanescente de Mata Atlântica em Campinas. "É uma unidade criada pelo governo Sarney, em 1985, e administrada pelo município. A indefinição ameaça a licença ambiental de todos os empreendimentos num raio de 2 quilômetros, que inclui zona industrial", diz Fazzio. / B.D.

NOTÍCIAS RELACIONADAS:

- Projeto no litoral de SP alia educação ambiental e preservação do boto-cinza

Tópicos: [Desmatamento](#), [Conservação](#), [Meio ambiente](#), [Planeta](#)

Estadão PME - Links patrocinados

Qualidade em vidros, é na Instalvidros

Vidros temperados, comuns e laminados. Faça a sua obra conosco! Clique!!

www.instalvidros.com.br

Aço Inox tem nome: Primordial

Chapas - Tubos - Barras - Conexões - Atendemos Todo o Brasil.

<http://www.primordialinox.com.br>

[Anuncie aqui](#)

Grupo Estado

Copyright © 1995-2012
Todos os direitos reservados

- Trabalhe Conosco
- Fale Conosco
- Termo de Uso
- Mapa Site
- Assine O Estado de S. Paulo
- Classificados: 11 3855 2001
- Ache Empregos

Estadão.com.br

- Opinião
- São Paulo
- Brasil
- Política
- Internacional
- Saúde
- Ciência
- Educação
- Planeta
- Cultura
- Blogs
- Tópicos
- Estadão Digital
- No celular
- No iPad
- No Facebook
- RSS
- Infográficos
- Fotos
- TV Estadão
- Tempo
- Webmail
- Isso não é normal
- Revista Piauí

O Estado de S.Paulo

- Portal do Assinante
- Conheça o jornal

Portais

- Limão
- Território Eldorado
- ILocal
- Agência Estado
- Portal de Fornecedores

Grupo Estado

- Curso de Jornalismo
- Responsabilidade Corporativa
- Nosso Código de Ética
- Demonstrações Financeiras

Publicidade

- Como anunciar
- Prêmio de Mídia
- Top Imobiliário
- Cannes



Comprometa-se com o meio ambiente. Imprima somente se for necessário!